

Salvo pela emigração

ROSARLIN HERNÁNDEZ

JEANNETTE ALVARADO

ROSA MARÍA MENJIVAR

MARIO ANTONIO PANIAGUA



O cenário nacional esteve marcado por fatores como o baixo preço do café no mercado internacional, a dolarização, a seca, o alto custo da energia elétrica e do petróleo, a demissão de milhares de pessoas do setor estatal, a corrupção, a impunidade, o aumento da pobreza e o impacto dos terremotos. No contexto internacional, o país foi afetado pela desaceleração da economia mundial. Em grande medida, a população sobreviveu graças às remessas familiares.

O ano de 2001 foi difícil. A pobreza aumentou de 45,1% em 1999 para 51,2%,¹ como resultado das políticas econômicas e da deterioração socioambiental, causada pelos dois terremotos que atingiram o país.

As exportações registraram queda de 2,2%, principalmente por causa do baixo preço do café no mercado internacional.² Já as importações cresceram 4,3%. Esse comportamento da balança comercial aumentou o déficit do comércio exterior em 14,5% (US\$ 1,8 bilhão) e ficou muito longe das expectativas do início do ano, quando se projetava um aumento de 5% nas exportações.

O setor industrial cresceu somente 3,5% – o ritmo mais baixo dos últimos anos – e isso ocorreu no setor de empresas vinculadas a construção, plásticos, medicamento e outros produtos que tiveram demanda após os terremotos. As *maquadoras*^{NT} cresceram 3,7%, percentual muito distante dos 12% - 13% estimados. O setor agropecuário enfrentou prejuízos de US\$ 508 milhões. As associações de pequenas e microempresas registraram redução de vendas de 20% a 50% para a maioria de seus membros.

O Ministério da Fazenda informou uma arrecadação fiscal de US\$ 1,50 bilhão, mais US\$ 77,9 milhões do que no ano 2000 (um aumento de 5,5%) Porém, US\$ 61 milhões a menos do que a meta estimada no orçamento de 2001. O imposto sobre o valor agregado (IVA) continua sendo a maior fonte de receita: subiu 8,7% em relação ao ano anterior, num total de US\$ 848,8 milhões. Para 2002, foram anunciados planos contra a evasão de imposto de renda, pois em 2001 a arrecadação atingiu somente US\$ 452 milhões, um aumento de apenas 1,1%.

O total da dívida interna e externa do governo no final do ano foi de US\$ 4,5 bilhões, 32,6% do PIB. O déficit fiscal alcança 3,7% do PIB e espera-se reduzi-lo a 3,5% em 2002. Segundo a Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social (Fusades), os percentuais considerados sustentáveis são 1,8% para 2001 e 2,4% para 2002.

Fantasia e realidade

O Ministério da Economia registrou uma taxa de desemprego de 7% em 1999; e agora confirma o aumento de 0,5% para 2001. Uma consequência dos terremotos que provocaram a perda de 50 mil empregos. A crise da cafeicultura eliminou outros 10 mil postos de trabalho.

O governo espera que os tratados de livre comércio e a Iniciativa da Bacia do Caribe melhorem a economia em 2002, gerando 400 mil novos empregos, nos próximos três anos. Entretanto, essa expectativa tem poucas possibilidades reais, diante das incertezas do mercado mundial que afetam a demanda dos produtos das *maquadoras* nacionais e causaram grandes demissões no início de 2002. A mão-de-obra feminina será afetada, pois representa 90% desse setor.

O Banco Central de Reservas (BCR) e outras fontes oficiais têm declarado que a economia conseguirá crescer apenas 2% (o mesmo que no ano 2000) e que a meta para 2002 é de 3%. O governo considera o resultado satisfatório, levando em conta os dois terremotos e a desaceleração da economia mundial.

Esse crescimento modesto se sustenta pelo aumento dos investimentos públicos na reconstrução, pela diminuição das taxas de juros, pela Lei de Integração Monetária e pelo incremento das remessas de recursos de familiares trabalhando no exterior. Analistas econômicos independentes têm afirmado que a recuperação em 2002 é incerta e que os tratados de livre comércio não são solução para a reativação econômica por causa da competição com os países mais desenvolvidos. Todos concordam que a melhor medida é o investimento público e advertem que seu sucesso depende da eficácia com que os recursos forem utilizados.

1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Relatório do Desenvolvimento Humano 2001. El Salvador, 2001.

2 A receita das exportações caiu para 60% em relação a 2000, quando tinha sido de US\$ 300 milhões.

NT *Maquadoras* (em espanhol) são indústrias de montagem, que recebem materiais e peças para montagem e reenviam o produto final ao mercado de origem, tirando proveito do custo menor da mão-de-obra e da legislação trabalhista menos rigorosa.

O leve crescimento econômico dos últimos anos não se traduziu em bem-estar das pessoas por causa da continuidade da concentração de riqueza.

El Salvador exporta recursos humanos e importa remessas familiares. Estas últimas continuaram a crescer, e o BCR projeta a entrada de US\$ 1,9 bilhão em 2002 – um aumento de 8,5% em relação a 2001. As remessas cobrem 86% do déficit comercial e equivalem a 64% das exportações e a 37% das importações totais do país. Espera-se que totalizem 13,4% do PIB.

Estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) afirmam que as remessas equivalem a nove vezes a ajuda externa e a sete vezes o investimento estrangeiro direto. Sem dúvida, as remessas ajudam a aliviar a pobreza e a impulsionar a economia. Porém, não é conveniente para um país depender desse tipo de recurso. O desafio é incentivar o emprego das remessas em projetos de investimento de médio e longo prazo, que não sejam orientados somente para o consumo. No entanto, a idéia tem fracassado nos últimos dez anos.³

Já circulam na economia US\$ 272 milhões, equivalentes a 51% dos US\$ 532 milhões de moeda circulante. O governo está satisfeito com a evolução da dolarização. No entanto a população considera a medida o maior erro do governo.⁴ A Corte Suprema de Justiça repeliu várias iniciativas de declarar essa lei inconstitucional. Mesmo assim, muita gente acredita que seja inconstitucional pela firme tendência de eliminar o colón como a moeda nacional. Enquanto isso, os casos de corrupção milionária do funcionalismo público e a falta de transparência de algumas decisões judiciais prosseguem.

Saúde e educação no alvo

Embora doenças como poliomielite e sarampo tenham sido erradicadas, a desnutrição infantil se mantém em 12% e 80% das crianças sofrem maus-tratos.⁵ Além disso, persistem as ameaças de epidemias como cólera e conjuntivite, faltam medicamentos e a assistência aos problemas de saúde mental e de estresse pós-traumático é escassa. O atendimento médico às mulheres em idade fértil é deficiente. A mortalidade materna é relativamente alta (120 para cada 100 mil nascidos vivos). Embora seja enfaticamente negado pelas autoridades de Saúde, persiste a preocupação com a privatização dos serviços do setor.

A taxa de analfabetismo se reduziu a 15% em âmbito nacional – significa que mais de 100 mil pessoas estão sendo alfabetizadas por ano. Mas ainda persiste o analfabetismo de 30% entre as mulheres da área rural, confirmando as condições de desigualdade social e de gênero. O atendimento da pré-escola

(4 a 6 anos) passou de 34% em 2000 para 42% em 2001, com percentuais iguais para meninos e meninas. Projetos governamentais importantes são executados com a participação de organizações da sociedade civil. O desafio é recuperar a infraestrutura danificada pelos terremotos, restabelecer a matrícula escolar – que este ano baixou em 60 mil estudantes (4%) – e melhorar a qualidade da educação.

O tema central da administração do atual presidente, Francisco Flores, no seu terceiro ano de mandato, é o investimento público – concentrado nas áreas sociais, na diminuição da pobreza e na reconstrução. O Orçamento Geral da Nação para 2002, denominado “desenvolvimento humano integral”, propõe como prioridades para o investimento e o endividamento público educação, saúde, água potável e saneamento básico, reabilitação da infra-estrutura viária, bem como apoio à produção agropecuária, ao desenvolvimento rural e à capacidade exportadora do país. Outras prioridades são combater a criminalidade e melhorar o sistema fiscal.

O orçamento de 2002, aprovado em 19 de dezembro de 2001, é de US\$ 2,5 bilhões, um incremento de 13% em relação ao de 2001, de US\$ 2,2 bilhões. O documento prevê corte de 17% nos gastos correntes. As fontes de financiamento para esses gastos serão impostos, fontes de crédito, poupança corrente e a realocação de investimentos.

Uma das críticas ao orçamento é o crescente endividamento e a emissão de Letras do Tesouro (Letes), com as quais o governo tem financiado seu déficit. Aparentemente, a economia nacional perdeu a capacidade de investir com recursos próprios. Desde o ano anterior, o país não conta com poupança corrente. A alternativa tem sido recorrer ao financiamento externo das iniciativas de desenvolvimento social, aumentando o déficit fiscal.

Com sua atual estrutura e os recursos limitados com que conta o governo, o orçamento não é uma ferramenta eficaz para a redução da pobreza, reativação econômica ou reconstrução do país — como afirma o governo. A distribuição de US\$ 741 milhões – destinados a investimentos públicos em 2002 – prioriza as regiões mais afetadas pelos terremotos e não aquelas tradicionalmente pobres.

Até o momento, o orçamento tem recebido o crédito por investir mais em Educação e Saúde. Os valores indicam que, para 2002, esse aumento representa 14,8% na Saúde e 29,8% em Educação, em relação ao orçamento total. Além disso, esses dois ministérios, juntamente com o de Segurança Pública, foram os únicos excluídos de cumprir a meta para reduzir os gastos correntes em 15%. De acordo com o governo, a estratégia atende o compromisso de combater a pobreza e criar oportunidades de desenvolvimento.

3 *La Prensa Gráfica* de 18 de dezembro de 2001, p. 4b.

4 *La Prensa Gráfica*. Revista *Enfoques*. Resultados de pesquisa de opinião. 30 de dezembro de 2001.

5 Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). “Estado Mundial da Infância 2002”. El Salvador, 2001.

Para os/as analistas, o problema está no desequilíbrio entre o que é destinado à reconstrução e os investimentos na área Social. O aumento na área da Saúde, por exemplo, está destinado à infra-estrutura e não à restauração do setor. Além disso, 68,8% do total do orçamento desse ministério estão dedicados às remunerações. Uma das lacunas é não refletir gastos com atendimento básico de saúde. Não fica claro de que forma será atendida a demanda de uma população crescente, com o mesmo número de pessoal técnico e com uma verba similar para os medicamentos.

No caso da Educação, também se pode perceber que os recursos destinados a melhorar sua qualidade são limitados. A atenção está concentrada em recuperar a cobertura escolar que existia antes dos terremotos.

Sol e peneira

Depois da aprovação do orçamento, da reconversão da dívida flutuante e da aprovação do pacote de empréstimos, o Ministério da Fazenda precisa colocar US\$ 1,5 bilhão em bônus nos mercados internacionais: US\$ 740 milhões para financiar o orçamento e US\$ 779 milhões para a reconversão da dívida. O governo está otimista pelas experiências bem-sucedidas de emissão de bônus nos dois anos anteriores, que indicaram que o país tem crédito.

Os sindicatos empresariais expressaram satisfação pela aprovação do orçamento. Isso assegurou, a partir de janeiro, o início das licitações dos investimentos públicos. No contexto de crise internacional, a medida vai gerar crescimento. A trans-

ferência da dívida de curto para o longo prazo é o esquema de financiamento correto que vai contribuir para distribuir a carga fiscal e diminuir a pressão sobre o fluxo de caixa do governo. Foi destacado que, em 2002, o valor dos investimentos públicos será o mais alto da história do país, com projeções significativas para o Desenvolvimento Humano, Infra-Estrutura, Educação e Saúde.

Todos os informes governamentais do final de ano referem-se como êxitos o crescimento econômico de 2%, o aumento das remessas e a dolarização. Esses relatórios são visivelmente otimistas, pois prevêem um crescimento de 3% no próximo ano e a geração de milhares de empregos através dos tratados de livre comércio e da Iniciativa da Bacia do Caribe.

Entretanto, a posição não é compartilhada pela maioria dos/as analistas econômicos nem pela população, que vêem riscos na tendência ao endividamento, corrupção, perda de reservas internacionais, recessão no contexto internacional, baixa competitividade das empresas nacionais, desemprego e pobreza. O governo não pode esconder a realidade. É necessário e urgente atender aos apelos para observar com mais objetividade a situação econômica.

O mais factível seria uma política de negociação sobre os rumos econômicos e sociais do país, onde os diferentes setores pudessem opinar e propor medidas progressistas para a reativação nacional, assegurando que o crescimento econômico beneficie realmente toda a população do país. ■

Iniciativa Social Watch de El Salvador, composta por:
Associação de Mulheres para a Dignidade e a Vida (Las Dignas)
Associação Maquilishuatl (Fuma)
Associação Intersetorial para o Desenvolvimento Econômico
e o Progresso Social (Cidep)
<cidepnet@es.com.sv>